

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2653/2018-PGJ, DE 2.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, em conjunto com os Promotores de Justiça de Campo Grande do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, atuar nos autos da Ação Penal nº 0022311-45.2018.8.12.0001, em todas as suas fases, e também no Procedimento Cautelar nº 0026410-58.2018.8.12.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Criminal da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 2629/2018-PGJ, DE 1º.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucas Padovam Fernandes	2016/2017	28.8 a 6.9.2017	2 a 11.5.2018		

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cleber do Nascimento Gimenez	2016/2017	8 a 27.1.2018	4 a 13.6.2018		
Elizandra Valladão Delfino de Aguiar	2017/2018	18 a 27.7.2018	1º a 10.10.2018		21 a 30.8.2018
Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro	2016/2017	11 a 20.4.2018	5 a 14.11.2018		8 a 17.1.2018
Luís Henrique Zaidan Blecha	2017/2018	4 a 13.7.2018	5 a 14.11.2018		2 a 11.2.2018
Phelipe Alves de Oliveira	2017/2018	1º a 10.10.2018	11 a 20.3.2019		23.5 a 1º.6.2018

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Paula Leite da Silva	2017/2018	1º a 10.10.2018	25.2 a 6.3.2019		20 a 29.7.2018
Geisa Jacob Gomes de Almeida	2017/2018	30.7 a 8.8.2018	14 a 23.10.2019		18 a 27.7.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3019/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucas Padovam Fernandes	2016/2017	2 a 11.5.2018	25.7 a 3.8.2018		

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cleber do Nascimento Gimenez	2016/2017	8 a 27.1.2018			3 a 12.9.2018
Elizandra Valladão Delfino de Aguiar	2017/2018	16 a 25.7.2018	1º a 10.10.2018		21 a 30.8.2018
Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro	2016/2017	11 a 20.4.2018	19 a 28.11.2018		8 a 17.1.2018
Luís Henrique Zaidan Blecha	2017/2018	4 a 13.7.2018	13 a 22.8.2018		2 a 11.2.2018
Phelipe Alves de Oliveira	2017/2018	15 a 24.10.2018	11 a 20.3.2019		23.5 a 1º.6.2018

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Paula Leite da Silva	2017/2018	20 a 29.8.2018	25.2 a 6.3.2019		20 a 29.7.2018
Geisa Jacob Gomes de Almeida	2017/2018	30.7 a 8.8.2018	14 a 23.10.2019		2 a 11.7.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 2639/2018-PGJ, DE 2.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 1567/2018-PGJ, de 7.5.2018, na parte que concedeu férias remanescentes à servidora Karina Soares Loureiro, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 6 a 15.8.2018, passe a constar: Período de Gozo – 10 a 19.12.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 2640/2018-PGJ, DE 2.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias remanescentes à servidora Juliana de Oliveira Ayala, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 1º a 10.10.2018, passe a constar: Período de Gozo – 30.7 a 8.8.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 2641/2018-PGJ, DE 2.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor José Guilherme de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 24.7.2018, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 2642/2018-PGJ, DE 2.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Catia Cristiane Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Tomada de Contas, no período de 1º a 10.8.2018, em razão de férias da titular, Simeia Fernanda da Silva Taveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 2643/2018-PGJ, DE 2.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jean Claud Borges Maciel Pinheiro, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Corpo Técnico, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, DAEX, no período de 16 a 20.7.2018, em razão de licenças compensatórias referentes a banco de horas e feriado forense do titular, João Marcelo Ribeiro dos Santos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 001/2018/GED – XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Presidente da Comissão do XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, constituída pelas Portarias nº 3014/2017-PGJ, de 11 de setembro de 2017 e 3473/2017-PGJ, de 9 de outubro de 2017, emanadas do Procurador-Geral de Justiça, publicada no Diário Oficial do Ministério Público nº 1585, de 13.09.2017 e nº 1604, de 10.10.2017, respectivamente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, objeto do Edital N.º 001/208-GED – XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, publicado no DOMP-MS nº 1700, de 26.03.2018, e retificado pelo Edital N.º 002/2018-GED, publicado no DOMP-MS nº 1702, de 28.03.2018 (Processo Administrativo PGJ/10/1178/2018).

Campo Grande, 02 de agosto de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003658 DE 01.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2760/2018.**

Credor: COMERCIAL S.B.S. EIRELI.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 04/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 3/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de água mineral, não-gasosa, galão, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Santa Inês (item 01).

Valor: R\$1.342,80,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003658 de 01.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003659 DE 01.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2777/2018.

Credor: I.A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 48/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 17/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de fita adesiva de filme de polipropileno biorientado, transparente, adesivo à base de resina e borracha sintética, medindo aproximadamente 45mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 45m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere (item 07).

Valor: R\$930,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003659 de 01.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000077 DE 31.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2736/2018.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA (lote 3 – item 3.1).

Valor: R\$2.315,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000077 de 31.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000082 DE 31.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2736/2018.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (lote 3 – item 3.3).

Valor: R\$320,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000082 de 31.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0036/2018/32PJ/CGR**

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00002294-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBS Albino Coimbra.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria de migração do Inquérito Civil físico nº 60/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art.56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Campo Grande, MS, 02 de agosto de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 0037/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que tramita no formato eletrônico perante esta Promotoria de Justiça, situada na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados. A consulta aos autos digitais está à disposição de quem possa interessar no site do Ministério Público Estadual de MS, pelo link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00002617-1

Requerente: 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Município de Campo Grande/Secretaria Municipal de Saúde e Estado de MS/Secretaria de Estado de Saúde.

Assunto: Acompanhar, especificamente no município de Campo Grande, o cumprimento das metas de cobertura vacinal para Poliomielite e Sarampo traçadas pelo Programa Nacional de Imunizações-PNI (mínimo de 95% do público alvo); bem como acompanhar as medidas de divulgação e mobilização para o aumento da adesão do público à Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e Sarampo nesta Capital.

Campo Grande, MS, 02 de agosto de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2018.00002617-1

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça

Requerido: Município de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde.

RECOMENDAÇÃO 0003/2018/32PJ/CGR

Recomenda à Gestão Municipal de Saúde Pública de Campo Grande a intensificação das medidas de divulgação, mobilização social e ampliação de horários das Salas de Vacinação para garantir eficiência na execução da "Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e Sarampo 2018", visando maior adesão do público e o alcance da meta de imunização prevista pelo Ministério da Saúde.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.080/90, em seu art. 18, preconiza que à Direção Municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete *planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde; e gerir e executar os serviços públicos de saúde;*

CONSIDERANDO ser atribuição desta 32.^a Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que, nos limites da atribuição desta 32.^a Promotoria de Justiça, fora instaurado o Procedimento Administrativo em epígrafe com a finalidade de, no âmbito do município de Campo Grande, acompanhar o cumprimento das metas de cobertura vacinal para Poliomielite e Sarampo traçadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI);

CONSIDERANDO que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde identificou, no país, 312 cidades com baixa cobertura vacinal para *Poliomielite*, sendo que, de acordo com o Plano de Erradicação da Poliomielite, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) estabelece a meta de no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de cobertura vacinal homogênea contra *Poliomielite*;

CONSIDERANDO o Alerta emitido pela OPAS/OMS em abril/2018, acerca do surto de *Sarampo* em 11 países das Américas, dentre os quais o Brasil (Roraima e Amazonas), e bem assim, recomendando que sejam intensificadas as vacinações para viabilizar alta cobertura vacinal e prevenir a introdução e disseminação do vírus do *Sarampo*, e ainda, orienta a implementação de sistema de vigilância suficiente para detectar de forma oportuna quaisquer casos suspeitos;

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados contidos no *Plano de Erradicação da Poliomielite* e no *Datasus*, houve redução dos índices de cobertura vacinal da *Poliomielite* e *Sarampo (Tríplice Viral)* em Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados de *Avaliação de Coberturas Vacinais do Calendário Nacional de Vacinação* (fonte: Datasus e portal Ministério da Saúde), houve considerável redução dos índices de cobertura vacinal, tanto da *poliomielite* como de *sarampo* (tríplice viral) em Mato Grosso do Sul; com a cobertura vacinal *abaixo da meta* em relação à *Poliomielite* em 2016 (93,78%) e 2017 (88%); enquanto que de *Sarampo* houve *diminuição para o índice de 96,68% em 2016, e a patamar abaixo da meta em 2017 (88,46%)*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde aponta, como alguns dos fatores que contribuem para a diminuição dos índices da cobertura vacinal, *o desconhecimento sobre a importância e benefícios da vacina e os horários de funcionamento dos Postos/Salas de Vacinação, incompatíveis com os horários de trabalho das famílias;*

CONSIDERANDO que é imprescindível adoção de medidas urgentes pela Gestão Pública de Saúde, na busca por melhores coberturas vacinais, *com estratégias de comunicação e ações de mobilização social*, para máxima adesão e convencimento da população sobre as vantagens e importância das vacinas contra *Poliomielite* e *Sarampo*, os riscos da falta de imunização;

CONSIDERANDO que, de acordo com o *"INFORME TÉCNICO CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A POLIOMIELITE E CONTRA O SARAMPO" – 2018, "o MINISTÉRIO DA SAÚDE, juntamente com as SECRETARIAS ESTADUAIS e MUNICIPAIS DE SAÚDE"* realizará, no período de 06 a 31 de agosto de 2018, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo, com o objetivo de vacinar indiscriminadamente as crianças de um a quatro anos de idade, de forma homogênea, *para evitar a manutenção ou formação de bolsões de não vacinados*, tendo como meta mínima a imunização de 95% desse público alvo;

CONSIDERANDO que, como ressalta o referido Informe Técnico, *a "poliomielite e o sarampo são doenças de notificação compulsória e o país tem compromissos internacionais para erradicar e eliminar, respectivamente, estas doenças"*; e, para isso, *"a meta de cobertura vacinal maior ou igual a 95% deverá ser alcançada em todos os municípios brasileiros, tanto na rotina quanto nas Campanhas"*, mediante *"união de esforços para manutenção do país livre dessas doenças"*;

CONSIDERANDO a importância das vacinas na promoção do controle das doenças preveníveis por imunização, porquanto, como propugna a Lei 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde – SUS), o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas não somente dirigidas à recuperação, mas também à promoção da saúde e à redução de riscos de doenças e de outros agravos;

CONSIDERANDO a importância da atuação do poder público *em saúde preventiva* e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para cobertura vacinal, como instrumento de melhoria na qualidade de vida e saúde dos cidadãos;

CONSIDERANDO a inexistência de políticas públicas bem definidas e com metas estabelecidas para que os municípios que não consigam cumprir as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde em determinado ano possam dar efetivo cumprimento em anos subsequentes;

CONSIDERANDO que, aliado à inexistência de políticas públicas, conforme acima destacado, não existem medidas propositivas e tampouco coercitivas por parte de qualquer instância governamental para que os municípios descumpridores revertam a realidade e passem a cumprir as metas traçadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, além da execução da Campanha Nacional de Vacinação contra à Poliomielite e contra o Sarampo, são necessárias medidas para intensificar a orientação à população de Campo Grande sobre os riscos da Poliomielite e do Sarampo, a fim de captar crianças ainda não vacinadas ou que não obtiveram resposta imunológica satisfatória à vacinação, minimizando o risco adoecimento dessas crianças;

CONSIDERANDO que, tendo em vista os atuais dados da situação epidemiológica do Sarampo e o perigo de reintrodução da Poliomielite no Brasil, o *enfrentamento* dessa situação exige da **GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE** a imediata intensificação da *Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo*, bem como as medidas inerentes à divulgação e mobilização social para a adesão do público à campanha;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, resolve RECOMENDAR à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE e ao MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE que:

DADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS RECOMENDADAS, NO PRAZO 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS:

. Realize ampla divulgação (na forma do item II a seguir) da *Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo a ser realizada no período de 06 a 31 de agosto de 2018*, no âmbito do Município de Campo Grande, com veiculação de conteúdo destinado a convocar a população para a vacinação nas unidades de saúde desta Capital, bem como para mobilizar o público e conscientizar sobre a importância da imunização contra a *poliomielite e sarampo*, e bem assim, sobre o risco de reintrodução e disseminação dessas doenças em virtude da redução dos índices de imunização no país;

. Que a *ampla e URGENTE* divulgação (nos moldes do item I retro) seja realizada alternativamente pelos seguintes meios de comunicação: impressos, televisivos, radiofônicos, digitais, redes sociais, bem como por meio de cartazes e *folders* em órgãos públicos municipais com capacidade de atingir públicos-alvo da vacinação, especialmente em órgãos com grande fluxo de atendimento ao público;

. Seja realizado o URGENTE reforço das equipes responsáveis pela vacinação nos Postos/Salas de Vacinação, no período da *Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo*;

. Sejam ampliados os horários de atendimento dos Postos/Salas de Vacinação para atendimento da população

durante a Campanha de Vacinação contra Poliomielite e Sarampo;

. Seja adotadas as medidas necessárias para implantação e funcionamento do(s) sistema(s) de registro/monitoração do desempenho da vacinação contra poliomielite e sarampo aplicadas, e alimentação regular do(s) sistema(s) quanto às doses aplicadas na *vacinação de rotina e durante a Campanha Nacional de Vacinação*.

DADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS RECOMENDADAS, NO PRAZO 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS:

. Seja realizada busca ativa nas regiões de difícil acesso em Campo Grande, tais como nas comunidades de áreas rurais e comunidades de assentamentos, para ;

. Notifique oficialmente as creches, berçários, centros de educação e escolas de Campo Grande, principalmente as de ensino infantil, para que seja verificado se os alunos matriculados em tais estabelecimentos estão com a caderneta de vacinação regular. No caso de crianças e adolescentes com a caderneta de vacinação irregular, que seja informado ao Conselho Tutelar para que adote as providências cabíveis no sentido de conscientização dos pais para regularização;

. Implemente grupos e/ou ações permanentes de divulgação e conscientização da importância da vacinação contra a *Poliomielite e Sarampo*, promovendo a divulgação com palestras, cursos, seminários, divulgação domiciliar por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras medidas eficientes para atingir o público-alvo das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde;

ALÉM DAS MEDIDAS URGENTES RECOMENDADAS, RECOMENDA-SE AINDA À GESTÃO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE:

. Cumpra, anualmente, as metas de coberturas vacinais de imunização contra a Poliomielite e Sarampo traçadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde;

. Participe da elaboração de planejamento para cumprimento das metas em conjunto com os outros municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, levando em consideração as diferenças entre regiões urbanas/rurais, que contemplem ações como divulgação, busca ativa, apoio material, dentre outras;

. Em caso de impossibilidade de cumprimento das metas de quaisquer das vacinas contra Poliomielite e Sarampo em determinado ano, que o Município elabore relatório informativo, com as devidas justificativas e remetam à Coordenação Estadual de Imunizações/ou equivalente no Estado de Mato Grosso do Sul e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, informando os motivos que levaram ao descumprimento, as medidas preventivas e corretivas adotadas pelo Município de Campo Grande para conseguir atingir as metas nos anos subsequentes, bem como, em sendo necessário, solicitação de apoio do Estado e do Ministério da Saúde para cumprimento das metas;

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* aos destinatários, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande (SESAU)/Secretário Municipal de Saúde e Município de Campo Grande/Prefeito Municipal, que no prazo de 10 (dez) dias respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas efetivamente realizadas pela Gestão Municipal.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* aos destinatários, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande (SESAU)/Secretário Municipal de Saúde e Município de Campo Grande/Prefeito Municipal, *que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação*;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e ao efetivo serviço de vigilância epidemiológica, que deverá ser norteados pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrentes da inércia do Município.

Campo Grande, 31 de julho de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.ª Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0038/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00002755-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Walter Silveira Dutra

Objeto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 59/2012.

Amambai-MS, 01 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0039/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00002795-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Waldir Silveira Dutra

Objeto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 51/2012.

Amambai-MS, 01 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

BONITO

EDITAL N.º 0002/2018/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000099-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000099-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: A apurar

Assunto – apurar eventual ilegalidade na Lei 1.311/2013 quanto à falta da previsão de diária fracionada para situações em que há deslocamento do agente público, porém não há pernoite.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0003/2018/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2017.00002320-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002320-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: A apurar

Assunto – Apurar inúmeras irregularidades na gestão do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul, o qual atualmente se encontra sob a responsabilidade do Município de Bonito.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0004/2018/01PJ/BTO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000467-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, Vila Donária, Bonito-MS - CEP 79290-000 Telefone: (67) 3255-4570.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000467-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: A apurar

Assunto – Apurar a legalidade nos procedimentos referentes a licitação promovida pelo Município de Bonito a fim de contratar empresa para organizar as festividades do Carnaval de 2018 desta cidade.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

CAARAPÓ

AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2018.00002157-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Caarapó e Lupa Comunicações Ltda.

Objeto: Apurar eventuais irregularidades na contratação da empresa Lupa Comunicações Ltda. pela Câmara Municipal de Caarapó/MS.

RECOMENDAÇÃO N.º 0005/2018/01PJ/CRP

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Caarapó/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2018.00002157-6, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja

defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução nº 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, *“a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”*.

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, na forma do art. 37, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública também deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade como corolários ao princípio da eficiência no tocante à destinação de recursos públicos;

CONSIDERANDO que, segundo Matheus Carvalho, *“eficiência é produzir bem, com qualidade e com menos gastos. Uma atuação eficiente da atividade administrativa é aquela realizada com presteza e, acima de tudo, um bom desempenho funcional. Buscam-se sempre melhores resultados práticos e menos desperdício nas atividades estatais, já que quem ganha com isso é toda a coletividade”* (Manual de Direito Administrativo. Salvador: Juspodivm, 2016, págs. 70/71);

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade também é balizador da eficiência dos atos administrativos, pois segundo estabelece o art. 5º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, *“todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”*.

CONSIDERANDO que, ainda que a Câmara Municipal deva obedecer ao princípio constitucional da publicidade, esta publicidade se refere aos atos oficiais e atos de gestão emanados do Poder Legislativo (TCE-MS. Processo: 1696/2011. Rel. José Ricardo Pereira Cabral. Data da Publicação: 12/02/2011);

CONSIDERANDO que atos oficiais e de gestão “(...) compreendem a publicação de: a) propostas de resoluções e decretos legislativos e de projetos de lei, de iniciativa do Poder Legislativo, que tramitem para cumprir o processo legislativo; b) leis promulgadas pela Mesa Diretora; c) resoluções e decretos legislativos aprovados; d) vetos a projetos de lei que devam ser conhecidos e sobre eles deliberados; e) regimento interno e suas alterações; f) pautas de reuniões ou sessões; g) avisos ou convocações em geral, inclusive para audiências públicas; h) balancetes, balanços e outras prestações oficiais de contas; i) editais de licitação; j) ajustes, contratos ou convênios celebrados; k) atos de pessoal relativos aos Vereadores e aos servidores do Poder Legislativo; l) outros atos que, por força de lei, devam ser publicados para atender ao princípio constitucional da publicidade”. (TCE-MS. Processo: 1696/2011. Rel. José Ricardo Pereira Cabral. Data da Publicação: 12/02/2011);

CONSIDERANDO que é possível distinguir “serviços de publicidade” de “serviços de divulgação de atos oficiais”, pois sob a ótica do Parecer nº 159/2010 do Instituto Brasileiro de Administração Municipal o “serviço de publicidade” busca induzir ao consumo; enquanto que o “serviço de divulgação de atos oficiais” é, no caso da administração, um ato ou contrato que deve ser levado ao conhecimento da sociedade e dos órgãos de controle, por imposição constitucional”. (TCE-MS. Processo: 1696/2011. Rel. José Ricardo Pereira Cabral. Data da Publicação: 12/02/2011);

CONSIDERANDO que a divulgação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Caarapó deve ter a finalidade de dar conhecimento ao público, informar a comunidade e as autoridades controladoras, sem que seja necessário realizar campanhas publicitárias ou enaltecer a atuação dos membros do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que “para a mera divulgação de atos/informes oficiais 'não há necessidade de qualquer criatividade ou outros fatores inovadores, estratégicos etc.', restando afastado o âmbito de incidência da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010”. (TCE-MS. Processo: 1696/2011. Rel. José Ricardo Pereira Cabral. Data da Publicação: 12/02/2011);

CONSIDERANDO que os documentos encaminhados pela Câmara Municipal de Caarapó/MS nos autos deste

procedimento, quando procurou especificar os serviços de publicidade prestados pela empresa Lupa Comunicação Ltda - ME, não justificaram efetivamente a necessidade e a utilidade de se manter referidos gastos, pelo Legislativo Municipal, ainda mais para divulgação de campanhas como “nasce uma criança, plante-se uma árvore”, pelo valor de R\$ 35.201,12 (trinta e cinco mil, duzentos e um reais e doze centavos), “devolução do Duodécimo”, pelo valor de R\$ 26.384,60 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), “dia do trabalhador”, pelo valor de R\$ 31.537,08 (trinta e um mil, quinhentos e trinta e sete reais e oito centavos); “Portal da Transparência”, pelo valor de R\$ 32.684,60 (trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), “início dos trabalhos”, pelo valor de R\$ 30.209,78 (trinta mil, duzentos e nove reais e setenta e oito centavos); “novembro azul”, pelo valor de R\$ 32.347,20 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e vinte centavos); e “encerramento de atividades”, pelo valor de R\$ 32.977,70 (trinta e dois mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta centavos);

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Caarapó/MS já possui servidor ocupante do cargo de Jornalista e, ainda, que a Lei Municipal 1.310, de 21 de junho de 2017, que dispõe sobre o plano de classificação de cargos da Câmara Municipal de Caarapó, o cargo de Jornalista, ocupado por Vaner Martins Matos, tem como atribuições: descrição sintética: executar, segundo diretrizes e orientação superior, serviços jornalísticos de interesse para a Câmara Municipal, divulgando os fatos políticos, a atividade parlamentar e o trabalho institucional da mesma, exercer assessoria em assuntos jornalísticos e de comunicação social em geral. Atribuições típicas: realizar cobertura, levantamentos fotográficos e trabalhos jornalísticos em geral, relacionados com a atividade da Câmara Municipal e seus eventos importantes, destacando os fatos políticos, o trabalho parlamentar e as funções institucionais da mesma; executar todo o fluxo operacional da função com os procedimentos técnicos pertinentes, organizar, sistematizar e manter arquivos com as publicações da imprensa referentes ao trabalho do legislativo (...).(destaque nosso);

CONSIDERANDO que o objeto do Contrato nº 002/2017 celebrado com a empresa Lupa Comunicação Ltda - ME, prevê: *“contratação de Agência de Propaganda para executar um conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objeto o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos demais meios de divulgação”.*

CONSIDERANDO, assim, que não há justificativa para se contratar uma empresa de publicidade, propaganda e marketing, pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), já que a Câmara Municipal de Caarapó possui em seu quadro de servidores um Jornalista, bem como o sítio eletrônico: <https://camaracaarapo.com.br/>;

CONSIDERANDO que, nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002080-0, a Câmara Municipal de Caarapó alegou falta de verba para a realização de concurso público;

CONSIDERANDO que limitar os gastos é o mesmo que ser coerente com o destino das verbas públicas, já que a razão de ser da administração é o administrado;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei nº 12.232/2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, prevê em seu art. 10, § 1º, que: “As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação”;

CONSIDERANDO que referida lei prevê em seu art. 10, §2º, que: “A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação”.

CONSIDERANDO que não consta o nome ou a assinatura das pessoas que presenciaram o sorteio dos membros da subcomissão técnica, apesar de estar expresso na ata 001/2017 (p. 909/910), não se sabendo ao certo quem acompanhou o sorteio;

CONSIDERANDO que, através da empresa Lupa Comunicação Ltda-ME, a Câmara Municipal de Caarapó está efetuando pagamento à empresa pertencente ao integrante da subcomissão técnica da licitação, o Sr. Renato Aparecido

Vessani, para divulgar publicidade da Casa de Leis na pequena cidade de Vicentina;

CONSIDERANDO que o Presidente da Câmara Municipal, Sr. André Luis Nezzi de Carvalho, informou que a veiculação de publicidade no site MSNews, via agência, dá-se por conta de ser um veículo de comunicação com cobertura regional, com abrangência no Município de Caarapó, principalmente nas regiões do Assentamento Nossa Senhora do Carmo, Distrito de Cristalina e zona rural que faz divisa com municípios vizinhos de Dourados, Fátima do Sul e Vicentina;

CONSIDERANDO que o assentamento Nossa Senhora do Carmo tem uma população estimada de apenas 135 pessoas (<http://www.progresso.com.br/cidades/mario-valerio-anuncia-beneficios-para-assentamento-em-caarapo/254986>), o que não justifica a inserção de propaganda no site MSNews;

CONSIDERANDO que outro membro que foi sorteado pela subcomissão técnica José Antonio Coca do Nascimento é genitor de Rafael Augusto Dias Coca, proprietário do site MS em Foco, que também mantém contrato com a agência Lupa Comunicação Ltda-ME, conforme notas fiscais que constam às páginas 220, 270, 527, 616 e 706;

CONSIDERANDO que através do contrato firmado com a empresa Lupa Comunicação Ltda-ME a Câmara Municipal de Caarapó está efetuando pagamento às empresas Loureiro & Salatini Ltda-ME (nome fantasia Jornal Grandourados p. 178) e Jornal CaaraponeWS Ltda-ME (nome fantasia CaaraponeWS p. 195), cujo sócio administrador de ambas as empresas foi sócio do atual presidente da Câmara Municipal de Caarapó na sociedade empresária “Nezzi & Loureiro Ltda-ME”, atualmente denominada Loureiro & Salatini Ltda-ME;

CONSIDERANDO que *“as irregularidades do procedimento licitatório com o resultado do sorteio da Subcomissão Técnica, é caso de desconformidade com a legislação vigente e por conseguinte, não há como se cancelar o contrato administrativo dele decorrente, nos termos do artigo 49, §2º, da Lei n.º 8.666/93”*. (TCE-MS. Processo: 1251/2014. Rel. Cons. Marisa Joaquina Monteiro Serrano. Data da publicação: 17.10.2017);

CONSIDERANDO que o TCE/MS sedimentou o entendimento que uma vez apontadas irregularidades no procedimento licitatório, o Contrato Administrativo é declarado irregular e ilegal (autos TC n.º 1829/2010 e TC n.º 1827/2010);

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade (Lei n. 8.429/1992) expressa em seu artigo 11, que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

CONSIDERANDO que dada a relevância da questão, o art. 90, da Lei 8.666/93, tipifica ainda como crime a conduta de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

CONSIDERANDO, por fim, que cabe ao Ministério Público expedir Recomendação para que os poderes públicos promovam as medidas necessárias à garantia e ao respeito à Constituição Federal e normas infraconstitucionais (art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44, da Resolução n.º 015/2007- PGJ;

Resolve, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia:

RECOMENDAR ao Presidente da Câmara Municipal de Caarapó/MS, Sr. André Luis Nezzi de Carvalho, que:

1. Efetue, IMEDIATAMENTE, a rescisão do contrato celebrado com a empresa LUPA COMUNICAÇÃO LTDA-ME (contrato administrativo n.º 002/2017);
2. Remeta a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 dias, a contar da ciência desta recomendação, cópia do ato de rescisão do contrato;
3. A partir do recebimento da presente recomendação, abstenha-se de contratar agência de publicidade para

prestação de serviços nos setores de publicidade e propaganda;

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público e também ao Prefeito Municipal de Caarapó, para conhecimento.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Caarapó, 31 de julho de 2018.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 014/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002985-3, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002985-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antonio Carboni Tavares da Costa

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Antonio Carboni Tavares da Costa.

Costa Rica/MS, 1 de agosto de 2018.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD
Promotor de Justiça em Substituição Legal.

EDITAL N. 015/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002964-2, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002964-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Paulo César Tobal

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Paulo César Tobal.

Costa Rica/MS, 2 de agosto de 2018.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD
Promotor de Justiça em Substituição Legal

IVINHEMA

EDITAL N.: 0028/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00000161-4, mediante conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000161-4, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000161-4

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requerido: São Bento Incorporadora LTDA

Objeto: Apurar eventual dano ambiental, bem como a responsabilização em razão dele, decorrente do processo erosivo existente no Bairro Eco Park, nesta cidade de Ivinhema, conforme registro de atividade de campo realizada pelos membros da IVIBIO no dia 08/09/2018;

Ivinhema/MS, 02 de agosto de 2018.

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 008/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002341-9

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Investigado: Valdomiro Silvestre Passos.

Assunto: Apurar a existência de construção em Área de Preservação Permanente (rancho de pesca), de propriedade de Valdomiro Silvestre Passos, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais vigentes.

Miranda/MS, 01 de agosto de 2018.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 023/2018

A Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002350-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Loteamento São João do Aporé, no Município de Paranaíba.

Paranaíba, 31 de julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0098/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002062-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002062-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Valdemar Rodrigues Pereira, Dalva Aparecida da Rocha Pereira, Jose Adair Barcelos Luz e Sebastiana Cáceres da Luz

Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento ilegal no imóvel rural denominado Fazenda Natal.

Ponta Porã/MS, 20 de julho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0109/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001985-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001985-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Selso Luiz Lozano Rodrigues

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência de dispensa indevida de licitação pelo Município de Antônio João/MS.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 33/PPS/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 01 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0110/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001991-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001991-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã e Matéria-Prima Comunicação Ltda.

Assunto: Apurar a legalidade material do Contrato Administrativo nº 141/2013, firmado entre os requeridos.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 38/PPS/2013 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 01 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0111/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001829-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001829-3

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): A Apurar

Assunto: Acompanhar destinação de verba ao projeto de obra de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, município de Aral Moreira/MS, conversão do Inquérito Civil nº 76/2012/PP.

Ponta Porã/MS, 02 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0112/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002147-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002147-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Alexandre Pessatto da Silva

Assunto: Investigar a ocorrência de desmatamento ilegal em imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida, bem com a regularidade na instituição de sua respectiva área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente e do solo.

Ponta Porã/MS, 02 de agosto de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 015/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00002298-6, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002298-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desvio dos bens doados pela Receita Federal para a APAE de Batayporã.

Batayporã, 31 de julho de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

ELDORADO

EDITAL N° 0004/2018/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Procedimento Administrativo: nº 09.2018.00002888-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Moacir Turquino

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos Autos do Inquérito Civil nº 09/2016.

Eldorado/MS, 01 de agosto de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0005/2018/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Procedimento Administrativo: nº 09.2018.00002889-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Moacir Turquino

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos Autos do Inquérito Civil nº 08/2016.

Eldorado/MS, 01 de agosto de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0016/2018/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS.

Os autos do referido Procedimento poderão ser acessado via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº: 09.2018.00002783-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Acompanhar a estruturação e implementação de sistema de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos no Município de Glória de Dourados/MS, consoante o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 12.305/2010.

Glória de Dourados/MS, 30 de julho de 2018

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N: 0017/2018/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS.

Os autos do referido Procedimento poderão ser acessado via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº: 09.2018.00002838-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Acompanhar a estruturação e implementação de sistema de logística reversa no Município de Glória de Dourados, consoante o disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010.

Glória de Dourados/MS, 30 de julho de 2018

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N. ° 45/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00002324-1, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00002324-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Corguinho

Assunto: “Apurar suposta irregularidades na Rede Municipal de Saúde do Município de Corguinho/MS, no que tange a falta de medicamentos básicos”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 09/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 1º de agosto de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça